

# REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL MUSEÓLOGO APÓS A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Elane Santos Gonçalves\*  
Luciana Oliveira Messeder Ballardo\*\*

## RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões, questionamentos e inquietações geradas durante o processo de amadurecimento profissional, relacionadas à relevância do museólogo e de suas práticas em instituições museológicas e ainda, sobre as dificuldades que este profissional encontra no exercício das atividades laborais, mesmo após a criação da Política Nacional de Museus.

**Palavras-chave:** Museólogo, Instituição Museológica, Política Nacional de Museus.

## ABSTRACT

This text presents some thoughts, questions and concerns raised during the ripening professional process related to the relevance of museologist and their practices in museum institutions and also about the difficulties that this work is in the performance of work activities, even after the creation of the Museum National Politics.

**Key-words:** Museologist, Museological Institution, Museum National Politics.

---

\* Museóloga da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bacharel em Museologia pela Universidade Federal da Bahia e especialista em Educação do Ensino Superior com Ênfase em Novas Tecnologias pela Faculdade Batista Brasileira.

\*\* Museóloga da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM).

## MUSEÓLOGO? PARA QUÊ?

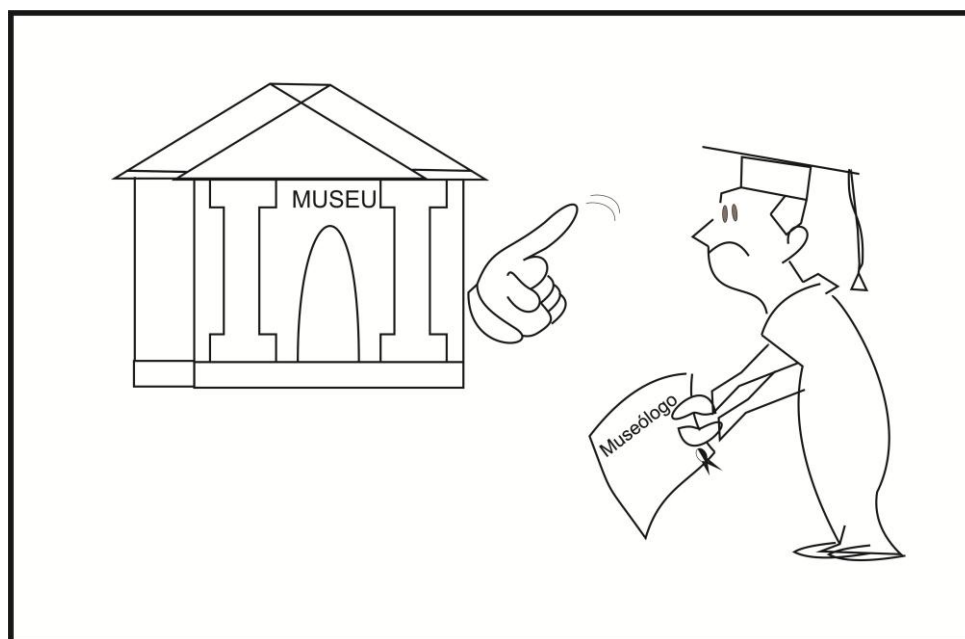


Figura 1: Ilustrado por Luciana Messeder.

Como pensar um ambiente de trabalho sem um profissional qualificado para o desempenho da função? Como imaginar um hospital sem médicos? Ou pensar uma escola sem professor? Talvez projetar uma oficina sem mecânico? Da mesma maneira é inconcebível uma instituição museológica que, segundo a definição do Estatuto Brasileiro de Museus, corresponde a todas as “instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, funcionar sem o profissional técnico adequado e qualificado para garantir a preservação do patrimônio.

Entregar a curadoria de uma coleção a um profissional desprovido do conhecimento técnico para salvaguardar os objetos, mantê-los conservados e preservados é como se submeter a uma cirurgia em um hospital sem um profissional com conhecimento técnico para efetuar este procedimento. Quem em sã consciência o faria? Até porque “curador” é uma terminologia usada para designar um profissional de diversas áreas científicas (historiador, artista plástico, antropólogo, arqueólogo, etc.), especializado em um determinado tipo de

acervo ou personalidade. Estes, entretanto, não possuem o estudo técnico para gerir e ou trabalhar na rotina funcional de uma instituição museal.

No nosso país, muitos museus vivem essa realidade. Abrem suas portas, muitas vezes, com um funcionário que é responsável por tudo: limpeza, recepção, acervo, comunicação com o público, e em muitos casos, sem o preparo mínimo para o desenvolvimento dessas atividades. Não se deve desmerecer que muitos desses trabalhadores se dediquem, quase sempre, com muito afinco e demonstrem verdadeiro empenho e amor as suas tarefas diárias, muito menos desvalorizar qualquer área de conhecimento específica, mas não se pode esquecer de que lhes falta o preparo e conhecimento necessário para realizar muito mais do que essas atividades, que bravamente efetuam, para manter a instituição aberta ao público.

Reconhece-se e enfatiza-se a importância das instituições que se propõem a trabalhar com o patrimônio cultural serem multidisciplinares, abrangendo em seu quadro funcional as especificidades científicas e técnicas que deem conta de explorar o potencial do acervo o máximo possível. Contudo, ainda é recorrente no nosso país considerar os museus como depósito de coisas velhas ou gabinetes de curiosidades, e isso se reflete no quadro de profissionais que trabalham nessas instituições, que em geral não são qualificados para as funções que estão ocupando, além de desmotivados e mal remunerados. Em outros casos, as políticas públicas direcionadas ao patrimônio são pouco funcionais, ineficientes ou inexistentes. Não há uma preocupação nem mesmo com a manutenção dessas instituições, muito menos com a implantação de projetos de desenvolvimento e revitalização.

Há ainda outra questão que envolve a falta de interesse interna da instituição de estabelecer mudanças. De muitas maneiras, as políticas internas dificultam o avanço e a implantação do trabalho técnico por acreditar que os recursos são poucos, ou até por hábito em manter as “coisas como sempre foram”.

É claro que a ideia apresentada aqui não é cerrar as portas dos museus ou centros culturais por lhes faltarem profissionais, mas sim a conscientização da necessidade da inserção de museólogos nestas instituições. Promover a contratação do museólogo ou dos serviços museológicos (ainda que por consultoria), para o funcionamento mais adequado da instituição e o tratamento mais qualificado do acervo.

Os profissionais de museus devem ter uma formação universitária, técnica e profissional apropriada e beneficiar de uma formação contínua, por forma a desempenhar cabalmente o seu papel no funcionamento do museu e na protecção do património. A entidade responsável deve reconhecer a necessidade e o valor de pessoal bem formado e qualificado, facultar formação contínua e actualização de conhecimentos, para assim assegurar a competência do pessoal (ICOM, 2001, p. 7).

## JÁ TEMOS MUSEÓLOGO, OBRIGADO!

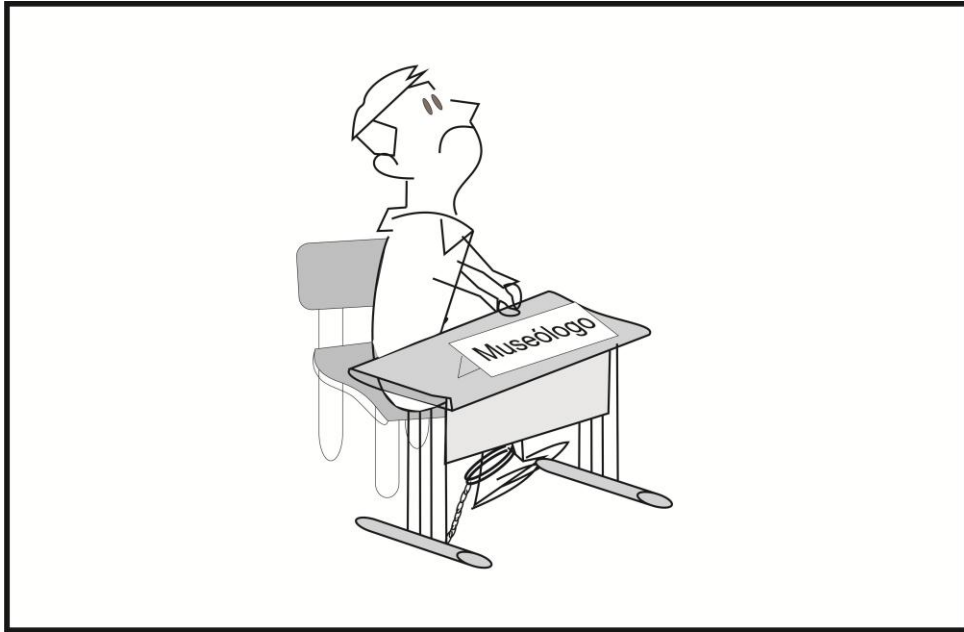


Figura 2: Ilustrado por Luciana Messeder.

Hoje, os profissionais desta área (...) problematizam sobre os distintos níveis para a formação profissional, mas entendem que esta discussão deve ser construtiva e, sobretudo, têm a consciência sobre a responsabilidade que cabe a estes profissionais, no que se refere à manutenção e ampliação do espaço que estas instituições podem ocupar nas diferentes sociedades (BRUNO, 2007, p. 7).

Nos últimos dez anos, nosso país tem experimentado um crescimento, tanto em reconhecimento, como em abertura no mercado de trabalho para o profissional museólogo. Nunca houve tantos concursos federais, estaduais e municipais como nessa última década.

Isso fica evidente nas primeiras ações do Ministério da Cultura na gestão 2003-2006, ao propor linhas programáticas para uma política nacional voltada para o setor museológico brasileiro. Após um longo e proveitoso debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou, no mês de maio de 2003, as bases da política do governo federal para o setor, com a apresentação do caderno “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”. O objetivo da política, disposto no documento, é “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e

institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país”. Para tanto, a Política Nacional de Museus apresentou sete eixos programáticos, que nortearam as ações desenvolvidas:

- Gestão e configuração do campo museológico;
- Democratização e acesso aos bens culturais;
- Formação e capacitação de recursos humanos;
- Informatização de museus;
- Modernização de infraestruturas museológicas;
- Financiamento e fomento para museus;
- Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Além disso, a criação de um Instituto Nacional na área de Museus também é um forte indício de que a instituição e os profissionais da área museológica, sobretudo o museólogo, têm se destacado e adquirido importância no meio técnico, bem como, no acadêmico.

Apesar desses avanços em âmbito nacional, ainda hoje existem situações que causam estranheza. A exemplo disso, o Governo do Estado da Bahia ainda realiza a contratação de profissionais da área de museologia por contrato temporário pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA. Isso é ainda mais atemorizante ao se analisar que o curso de Museologia e o movimento para reconhecimento da profissão, nasceram dos esforços pioneiros no âmbito da Bahia e no Rio de Janeiro.

Mesmo os profissionais que conseguem se estabelecer no quadro efetivo de Universidades Públicas, não estão assegurados quanto ao desempenho de suas atividades de competência. Ainda que existam museus nessas autarquias, alguns deles mantêm as portas fechadas para a comunidade e para seus profissionais. A quem interessa não ter os museólogos dentro das instituições museológicas?

Por outro lado, a burocracia administrativa também entrava o desenvolvimento das instituições museológicas. Mesmo contando com profissionais competentes, muitos museus permanecem inertes ou com pouca representatividade na comunidade, na maioria dos casos pela visão obtusa da própria gestão, que não permite o desenvolvimento pleno das atividades que envolvem os profissionais técnicos e suas competências.

Os profissionais de museu conscienciosos debatem-se entre a inércia da máquina, que não conseguem vencer, e os eventos espasmódicos que são obrigados a promover por determinação de diretores nem sempre aptos a compreender a instituição que administram, alheios que são às disciplinas científicas representadas no museu. E o resultado é que a sociedade se afasta cada vez mais do museu (SUANO, 1993, p. 95).

Essas palavras nunca foram tão atuais, apesar de terem sido escritas há vinte anos. A razão disso tem sido, muitas vezes, o receio de mudar, não apenas porque o novo assusta, mas porque o novo mostra que o velho ficou muito tempo exposto e desbotou-se, e que o velho, faz muito tempo não atendia as novas necessidades, e ao serem criadas novas propostas, haverá indagações de por que o velho esperou tanto.

Há de se admitir que, ultimamente, as gestões nem sempre estão alheias às disciplinas apresentadas na instituição. Hoje, muitas instituições que tratam e abrigam o patrimônio muitas vezes têm sido administradas por profissionais da área, inclusive museólogos, que em alguns casos fazem e desenvolvem bons projetos e parcerias com outras entidades públicas e privadas.

É digno de nota também, que mesmo o museólogo estando à frente da instituição não é garantia de uma boa administração, pois nem sempre o bom profissional em sua área é também um bom gestor. Isso se pode entender em diversos âmbitos, primeiro pela falta de habilidade, pois muitas vezes, não foi preparado para essa função, apenas ocupa o lugar, ou por indicação política ou por falta de outra pessoa qualificada para o gerenciamento.

Segundo, em muitos casos, o museólogo acostumado a suas atividades técnicas e ao desenvolvimento delas, geralmente adquire uma dificuldade em delegá-las a outro técnico responsável, museólogo também, pertencente ao quadro da instituição museológica, enquanto ocupa o cargo de chefia.

E por último, em virtude do hábito adquirido em muitas instituições, principalmente aquelas com histórico de desprovimento de pessoal, de apenas uma pessoa desenvolver diferentes tipos de atividades, acaba por se transformar em uma força centralizadora, criando uma necessidade de acompanhar todos os “pequenos passos” diários da instituição, acarretando não apenas no atraso das atividades a curto, a médio e longo prazo, mas também obstruindo a realização de muitos avanços técnicos e administrativos.

É claro que com isso não se pretende a defesa de que as instituições museológicas sejam apenas gerenciadas por Administradores de formação, ou por qualquer outro profissional de área de pesquisa pertinente com a instituição. A discussão não é essa. Independente da formação acadêmica que o gestor tenha, o mais importante é a sua competência em administrar, é a preocupação, não com a satisfação pessoal, mas com o crescimento institucional. É a consciência de que mais do que gerir dinheiro, papéis e objetos, é importante saber administrar a produção, os recursos e, acima de tudo, pessoas. E isso

depende muito menos da sua formação que das qualidades, capacitação e experiências pessoais adquiridas durante a vida profissional.

## APONTAMENTOS

Na contemporaneidade, os museus são compreendidos como dispositivos estratégicos de aprimoramento dos processos democráticos, de inclusão sociocultural, de educação e de desenvolvimento. Nesse contexto, a construção da política museológica, em paralelo ao processo de criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e do Estatuto de Museus contribui para o fortalecimento e institucionalização do setor museal no Brasil.

No entanto, as melhorias observadas na última década, no que tange as políticas museológicas, ainda estão muito longe do potencial a ser desenvolvido, para isso temos que realizar muitas transformações a fim de fortalecermos a instituição museu e demais instituições culturais junto à sociedade e as comunidades onde estão inseridos. Para tanto, é necessário fortalecer a construção de uma agenda política nacional específica para os museus, a partir dos referenciais que norteiam a atual realidade das instituições e profissionais do setor cultural, pautada nas seguintes diretrizes:

- Construção de uma cultura cidadã;
- Ampliação do diálogo intercultural;
- Fortalecimento da institucionalidade cultural;
- Crescimento da economia da cultura;
- Alargamento das transversalidades da cultura.

Os recursos e investimentos na área de cultura e patrimônio são relevantes, mas não devemos esquecer que sem os profissionais conscienciosos para planejar e dar andamento às atividades técnicas de maneira qualificada, os resultados não serão a contento.

É importante que os espaços museais tenham museólogos, ou contratem seu trabalho técnico, mais importante ainda é que os tenha atuando em suas competências sem impedimentos e barreiras, sem dificuldades e obstruções. Apenas dessa maneira ficará evidente a importância do profissional museólogo nas instituições de cunho museal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Cristina. **Museus e Patrimônio Universal**. V Encontro do ICOM BRASIL. Fórum dos Museus de Pernambuco. Recife, maio de 2007.
- IBRAM. **Guia dos Museus Brasileiros** / Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus – 2010-2020** / MINC/IBRAM, 2010.
- IBRAM. **Museus em Número**, volumes I e II / MINC/IBRAM, 2011.
- ICOM/UNESCO. **Código Deontológico para os Museus**. Buenos Aires: International Council of Museums, 1986/Barcelona: International Council of Museums, 2001.
- IPAC/BAHIA. **Museus da Bahia: Identidade e Territórios** / SECULT/IPAC/DIMUS, 2012.
- IPHAN. **POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3** / Ministério da Cultura do Brasil, IPHAN/DEMU, 2005.
- SUANO, Marlene. A situação atual dos museus: carências e perspectivas. In: **O que é museu**. Editora brasiliense. São Paulo, 1993.